

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 057 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO MOISÉS FELTRIN (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos. (SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:41 HORAS E REABERTA ÀS 09:03 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Está reaberta a presente Sessão.

Convido os nobres Deputados Eliene e Moisés Feltrin para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.
(OS SRS. DEPUTADOS ELIENE E MOISÉS FELTRIN ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE MAIO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Moção de Aplausos encaminhada pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, endereçada à Mesa Diretora da Assembléia, pela formação da Comissão Parlamentar que busca discutir os problemas da região da Amazônia Legal; Ofício nº 203/00, do Comandante Geral da Polícia Militar, encaminhando a Carta de São Paulo, elaborada no XXI Encontro de Comandantes Gerais de Polícia e Bombeiros Militares, na cidade de São Paulo, no corrente mês; e Ofícios nºs 279 e 281/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Deputada, para apresentar uma Moção de Congratulações:

Com respaldo no Artigo 237, alínea “h”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requieiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Congratulações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

enderaçada a todos os Artistas Plásticos, representados pela AMAP-Associação Mato-grossense de Artistas Plásticos, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO congratula todos os artistas plásticos pela comemoração do dia 08 de maio, data alusiva ao Dia Nacional do Artista Plástico.

Indiscutivelmente uma profissão belíssima, que tem a missão de trazer a todos, com sua arte, não só mensagens de alegria, paz, fraternidade, mas também retratar as exuberantes riquezas de nosso País, em especial de nosso Estado de Mato Grosso, rico em belezas naturais, por influência de nossa cultura indígena e também por sermos privilegiados com a região pantaneira.

Parabenizar esses artistas que tratam com muita competência e dedicação esses trabalhos que prazerosamente embelezam nossas ruas, viadutos e ônibus, deixando a nossa cidade alegre, bonita e cheia de vida, como este povo mato-grossense merece.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Na reunião que fizemos para discutir a segurança pública no Estado de Mato Grosso, na semana retrasada, na qual compareceram os Deputados Alencar Soares, Humberto Bosaipo, Roberto Nunes e Emanuel Pinheiro, foi decidido pelos participantes a elaboração de uma carta, que entregaríamos, nós, os 24 Deputados... O Deputado Alencar Soares já marcou essa reunião com o Governador, que está pronto para atender os 24 Deputados, para que possamos levar nossas reivindicações para conter a onda de assaltos e crimes que vêm acontecendo no Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu convido o Deputado Alencar Soares e o Presidente da Casa, Deputado Riva, a marcarem essa reunião com o Governador, para que os 24 Deputados participem, para nós levarmos as nossas reivindicações para tratar da segurança pública. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, apenas para apresentar uma Indicação e um Projeto de Lei de nossa autoria:

1º) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT Celular a necessidade de implantar o sistema móvel celular nos Municípios de Carlinda, Paranaíta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e Apiacás.

Com fulcro no artigo 237, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, solicito à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT Celular, mostrando a necessidade de implantar o sistema móvel celular nos Municípios de Carlinda, Paranaíta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e Apiacás.

JUSTIFICATIVA

Os Municípios de Carlinda, Paranaíta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e Apiacás encontram-se em fase de grande desenvolvimento e vêm, através da presente matéria, reivindicar a implantação do sistema móvel celular na região, com a finalidade de favorecer um contingente muito grande de pessoas, porque além de oferecer comodidade ainda podemos destacar o fortalecimento do comércio.

Certos da sensibilidade política e do espírito público de Vossas Excelências, solicitamos a aprovação da presente propositura, sem necessidade de acrescentarmos outros

argumentos para reforçar este nosso pleito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

2º) PROJETO DE LEI:

Altera a Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O § 4º do Artigo 4º da Lei 7.098, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º ...

§ 4º São isentos do pagamento do IPVA os veículos automotores destinados à aprendizagem (Centro de Formação de Condutores); veículos destinados à condução de passageiros, desde que de propriedade de profissional autônomo e frotistas, registrados na categoria de aluguel (táxi); bem como os veículos de transporte escolar.”

Art. 2º Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao Artigo 4º da Lei 7.098, de 30 de dezembro de 1998:

“§ 5º Os veículos adaptados para atendimentos de pessoas portadores de deficiência física.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Ao propormos que sejam isentos os frotistas de táxi, os profissionais de transportes escolares e os condutores de veículos adaptados para deficientes físicos, estamos pensando em proporcionar a esses profissionais que venham a ter o mesmo direito na referida isenção que os demais profissionais autônomos, pois executam as mesmas funções de atender a comunidade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais nada, mesmo não tendo participado da 4ª Conferência da UNALE lá em Gramado, eu quero parabenizar os Srs. Deputados que lá estiveram e, em especial, o Deputado Humberto Bosaipo, que foi eleito o 1º Vice-Presidente da UNALE. A UNALE tem sido uma entidade que muito tem defendido as Assembléias e tem contribuído com a vida parlamentar de todos nós. Sem dúvida alguma, é uma entidade que veio para ficar e tem sido importantíssima sua atuação em defesa dos interesses, especialmente na ampliação das ações legislativas, e isso tem sido muito bem trabalhado lá no Congresso Nacional.

Quero também, Sr. Presidente, apresentar um Projeto de Lei de nossa autoria:

Dispõe sobre o cadastramento, disciplina a fiscalização dos prestadores de serviço

de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança, bem como dos respectivos cursos de formação, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatório, no Estado de Mato Grosso, o cadastramento dos prestadores de serviço de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança, bem como dos respectivos cursos de treinamento, formação ou habilitação, junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

§ 1º São considerados instaladores de sistema de segurança, para os efeitos desta lei, os profissionais que realizarem a venda, instalação e manutenção de todo e qualquer dispositivo ou equipamento para imóveis e veículos.

§ 2º Os prestadores de serviço de que trata esta lei deverão fixar, em seus estabelecimentos, de modo visível ao público, os seguintes documentos fornecidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública:

I - comprovante de seu cadastramento conforme o Artigo 1º desta lei;

II - atestado de idoneidade moral.

§ 3º Os prestadores de serviço de que trata esta lei, quando em atividades externas, deverão apresentar ao cliente documento de identificação funcional, a ser fornecido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 2º Caberá ao Estado, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, no âmbito de sua competência e na forma a ser regulamentada, a disposição de normas disciplinares, bem como o rigoroso controle e fiscalização quanto:

I - às atividades de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança;

II - aos cursos que formam, dão treinamento ou habilitam os prestadores de serviço, de que trata esta lei.

Art. 3º Os prestadores de serviço manterão controle, por meio de formulário padronizado, de informações sobre os serviços executados, os respectivos clientes e a autorização destes para a sua realização.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Apesar de partirmos do princípio de que as atividades dos profissionais aqui mencionados são exercidas em quase sua totalidade por pessoas honestas e idôneas, é importante que todos os cidadãos tenham o máximo de segurança, sendo fundamental algum controle nessas atividades.

Aqui não se fala em regulamentação das profissões, até porque não é de nossa competência, mas de se criar um mecanismo que gere maior segurança à população, sem afrontar direitos constitucionais dos prestadores de serviços.

Infelizmente, em diversas ocorrências policiais são encontrados em poder dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

criminosos inúmeros instrumentos, como chaves virgens, mixas, gazuas, saca-trava de veículos, entre outras máquinas e aparelhos mais sofisticados, como *transponders* computadorizados, que fazem cópias de chaves com *microchips*.

Dentre vários objetos deste Projeto de Lei, destaco que o mesmo propiciará maiores condições de controle das atividades pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, bem como formará um cadastramento, e seriam confeccionados manuais oficiais de uso e comercialização de produtos, além de estabelecer padrões éticos e de formação para as atividades, com os cursos e modelos a serem estabelecidos.

Ciente do grande clamor popular que hoje pede maior segurança em quaisquer lugares ou atividades, peço ao nobres Pares que aprovem este Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.
Deputado RIVA - PSDB

Por último, quero convidar os Srs. Deputados para uma reunião que teremos aqui na Assembléia Legislativa com um grupo de investidores, onde nós vamos discutir especialmente os investimentos para o Nortão. Eu convido todos os Deputados que quiserem participar dessa reunião, que ocorrerá na Presidência, amanhã, às 15:00 horas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar um Projeto de Lei de nossa autoria:

1º) PROJETO DE LEI:

Acrescenta a alínea “e”, ao inciso V, do Artigo 14, da Lei nº 7.098, de 30.12.98, modificada pela Lei nº 7.222, de 21.12.99.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescentada a alínea “e” ao inciso V do Artigo 14 da Lei nº 7.098, de 30.12.98, modificada pela Lei nº 7.222, de 21.12.99, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14...

V -

a)

.

.

e) Não incidirá ICMS sobre energia para as micro e pequenas empresas reconhecidas pelo Estado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A grande dificuldade que as micro e pequenas empresas têm enfrentado nos últimos tempos por si só justifica esta iniciativa.

Ao Governo do Estado cabe a geração de empregos e principalmente a manutenção dos já existentes, patrocinados pelas micro e pequenas empresas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

A dificuldade maior em Mato Grosso está em repassar esse aumento ao consumidor, principalmente àqueles que trabalham com produtos tabelados, caso de padarias, ou os que lutam com a concorrência de grandes empresas, caso das serralherias e outros tantos.

Para que esse benefício possa cumprir o seu papel social, solicito dos Senhores Deputados o apoio para sua tramitação e aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL

Trata-se de uma propositura para que não incida ICMS sobre a energia elétrica para as micro e pequenas empresas reconhecidas pelo Estado. Isso vem em atendimento à área produtora das microempresas, principalmente aquelas que têm na energia elétrica o seu insumo mais caro, como é o caso das padarias, que não têm como repassar esse aumento exagerado da energia cobrado pelo Governo; o caso das serralherias... Enfim, de pequenas empresas que não têm como concorrer nas mesmas condições, principalmente pelo alto valor do ICMS cobrado sobre a energia elétrica.

Para apresentar, também, Sr. Presidente, Requerimento à Auditoria Geral do Estado, solicitando que nos encaminhe cópia das conclusões da auditoria efetuada no DETRAN de Mato Grosso, para que nós possamos dar início, já com alguns subsídios dados pela Auditoria Geral do Estado, com relação à CPI que investiga as irregularidades ocorridas no DETRAN.

2º) REQUERIMENTO: Com fulcro no artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora que seja enviado à Auditoria Geral do Estado expediente solicitando, nos prazos regimentais, que sejam encaminhadas as conclusões e o processo da auditoria efetuada junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN/MT.

JUSTIFICATIVA

A Auditoria Geral do Estado, tendo efetuado levantamento de possíveis irregularidades no DETRAN/MT, chegou a conclusões que, embora não tenham sido levadas a público, muito ajudarão na operacionalização da CPI a ser instalada por esta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de maio de 2000.

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL

E também, Sr. Presidente, para cobrar da Mesa Diretora que faça ingerência junto ao Bloco Parlamentar Socialista para que indique mais um membro para ocupar a vaga deixada pelo Deputado Hermínio J. Barreto na CPI do DETRAN, e, ao mesmo tempo, convocar os quatro Srs. Deputados já nominados, nomeados, para que em reunião hoje à tarde possamos dar início e fazer a escolha do Relator, até que, então, possa ser indicado o quinto Parlamentar que comporá essa CPI, para que não fique ainda mais tempo sem que a mesma seja instalada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito o tempo dedicado ao Pequeno Expediente para comunicar à Casa a visita a Cuiabá do ex-Governador do Distrito Federal, o Professor Cristóvão Buarque, amanhã, dia 11, quinta-feira.

O Professor Cristóvão Buarque, quando no Governo do Distrito Federal, teve a oportunidade de criar vários programas voltados para a erradicação da pobreza e para o atendimento às demandas sociais daqueles que têm sido excluídos dos benefícios do desenvolvimento. Dentre esses programas destaca-se a Bolsa Escola Institucional, que oferece às famílias que não têm uma renda *per*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

capita média de meio salário mínimo o acréscimo de um salário mínimo como bolsa escola, exigindo como contrapartida que os filhos dessas famílias beneficiadas, que tenham de 7 a 14 anos, estejam matriculados e freqüentem a escola. Trata-se de uma variante do Programa de Renda Mínima, que possibilita que o Estado assegure a sobrevivência digna dessas famílias de baixa renda e, principalmente, que as crianças não estejam sujeitas ao trabalho infantil e aos riscos sociais da entrada precoce na vida do trabalho.

Aqui em Cuiabá o Professor Buarque estará lançando a Bolsa Escola Cidadã, que é uma variante da bolsa escola... Além de criar o Programa da Bolsa Escola, ele criou a Bolsa Escola Cidadã, que é de origem privada. E eu estava conversando com o Deputado Rene Barbour, que é um grande empresário, sensibilizando-o para que ele entre nessa seara de ofertar bolsa escola a filhos de famílias de baixa renda. No caso, aqui quem está ofertando 71 das primeiras bolsas escola é a TELEMAT Brasil Telecom, através de uma parceria das organizações não governamentais Flor do Cerrado, aqui de Cuiabá, e Missão Criança, de Brasília, que é coordenada pelo Professor Cristóvão Buarque. A área escolhida é a região Norte de Cuiabá, que é uma área piloto, no Bairro Novo Paraíso I, Novo Paraíso II e Ouro Fino, onde nós precisamos testar...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Para terminar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a, pela importância do seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Eu estou convidando a todos para conhecer esse projeto, esse programa. Convidamos o Sr. Governador do Estado e o Sr. Prefeito da Capital, sem prejuízo de que outras autoridades estejam presentes, mas especialmente os Deputados Estaduais, para que nós possamos convencer também o Governador do Estado, para que ele tome a iniciativa de promover a bolsa escola institucional no Estado de Mato Grosso, do Executivo de Mato Grosso, às crianças que estejam sob risco social, ou seja, que estejam ameaçadas de abandonar a escola. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos com o Processo nº 155/2000 com pedido de vista, que é o Projeto que estabelece gratificação especial ao professor da rede pública estadual que exerce sua função prestando comprovado serviço na Educação Especial e dá outras providências.

Eu solicitaria a atenção especial dos Srs. Deputados, porque esse Projeto é de suma importância!...

No dia em que eu pedi vista, eu fiz uma colocação, pedindo aos Srs. Deputados, em especial à Bancada Governista, como maioria, como maioria em plenário e na Comissão de Constituição e Justiça - o Projeto está com Parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça, e eu pedi vista para não permitir que ele fosse votado, sob pena de ele, se tivesse sido votado, ser derrotado...

Eu continuo insistindo, uma vez que quero falar apenas de dois fatos: primeiro, um bem concreto, há tempos nós recebemos a visita de um grupo de profissionais da Educação Especial, inclusive acompanhados por vários de seus alunos, pessoas portadoras de determinadas deficiências, que estiveram na Sala de Imprensa, aqui ao lado, e eu pude observar muitos Deputados extremamente sensibilizados com essa situação, e agora é o momento e a hora de nos posicionarmos no concreto, mostrando que nós temos sensibilidade, que nós acreditamos que esses profissionais precisam de um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

tratamento especial, que realmente é uma tarefa... Educar é um tarefa árdua, mas em determinadas situações ela se torna mais complexa ainda.

Além disso, está anexado a esse Projeto de Lei um mandado de segurança com liminar já conquistada. Essa liminar, esses trabalhadores já a conquistaram em 29 de junho de 1999, e infelizmente o Governo não vem cumprindo... Ele não restabeleceu os 30% desses profissionais. Então, além de tudo, ele está descumprindo uma determinação judicial, em primeiro lugar; e em segundo lugar, se já existe, se por mais de dez anos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SRª SERYSLHESARENKO - ...Mais um minuto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo um minuto a V. Exª.

A SRª SERYSLHESARENKO - Se já houve por mais de dez anos esses 30% sobre o salário dos educadores da Educação Especial, se foi cortado, e se há uma liminar hoje já conquistada na Justiça, compete a nós Parlamentares fazermos a regularização legal de uma vez por todas.

Por isso, eu peço, mais uma vez - eu tenho que entregar o pedido de vista agora -, que não se vote esse Projeto enquanto a Comissão de Constituição e Justiça não revisar o seu Parecer, porque se isso acontecer nós seremos derrotados, temos grandes possibilidades de ser derrotados, e mínimas possibilidades de o Projeto ser aprovado.

Eu peço à Bancada Governista que converse com a Comissão de Constituição e Justiça, que tem também a maioria Governista, para que seja revista essa situação e regularizada de uma vez por todas. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, colegas Deputados, também para destacar aqui em plenário a participação brilhante da Bancada da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso na 4ª Conferência da UNALE, realizada de sábado até ontem, onde houve um número expressivo de Deputados desta Casa, e culminou na eleição do nobre Deputado Humberto Bosaipo para o segundo melhor cargo de uma entidade hoje extremamente importante para o Legislativo brasileiro, tanto que, dos 1.059 Deputados Estaduais de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, a UNALE já conta com quase 800 participantes. Estiveram participando lá em torno de quinhentos Deputados Estaduais, e foi muito válida a nossa participação, porque, além da eleição do Deputado Humberto Bosaipo, foi mantido o Deputado Hermínio J. Barreto na Coordenação da Região Centro-Oeste.

Também gostaria de comentar a respeito da questão salientada pelo Deputado Gilney Viana, a questão da bolsa escola, porque também há um Projeto de Lei de nossa autoria tramitando na Casa, com vista ao atendimento a alunos carentes nas escolas privadas de nível superior, inclusive já com um adiantado entendimento com o Governador no sentido de atender essa demanda de alunos da periferia, alunos mais carentes, desempregados e de baixa renda, para que eles tenham a oportunidade de realizar seu sonho, que é a conclusão de um curso superior.

Eu não entendi bem o Projeto que o ex-Governador de Brasília estará debatendo amanhã, se ele é voltado para o curso superior ou se também para o ensino médio, mas eu estarei participando, porque eu acho que é extremamente importante oportunizar essa classe, esse povo mais carente do nosso Estado, do Brasil, na realização de um sonho, e não ter a universidade apenas para a elite brasileira.

Então, eu estarei presente e quero salientar, mais uma vez, que estamos empenhados em aprovar esse projeto, em que entra a parceria com a iniciativa privada, o Governo aproveita a mão-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

de-obra dos universitários e possibilita a sua formação e a realização de seus sonhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, o PMDB neste final de semana realizou o 7º Encontro Regional e o 8º Encontro Regional no Estado de Mato Grosso. Nós realizamos no sábado um Encontro Regional no Município de Rondonópolis, onde estiveram presentes representantes de 21 municípios - dos 21 vamos lançar candidato próprio em dezessete municípios. E tivemos também o Encontro Regional em Barra do Garças, onde estiveram presentes doze municípios, e dos doze municípios nós vamos lançar candidato a Prefeito em sete - dois estão discutindo uma candidatura própria e dois vão lançar Vice-Prefeito.

O PMDB está se reorganizando no Estado... Já tivemos um Encontro Regional no Nortão, em Terra Nova, em Juína, em Barra do Bugres, em Sorriso, em toda a região Norte, agora estamos fazendo a região Sul e a região do Araguaia. Na próxima semana realizaremos um encontro em São Félix do Araguaia para discutir a estruturação do PMDB na região de São Félix.

Quero aqui dizer que a tônica do PMDB é não se coligar com o PSDB - inclusive, PSDB nunca mais... Nós estamos procurando orientar o Partido para não se coligar com o PSDB, se possível com as forças políticas contra o PSDB.

Em Barra do Garças, eu estou articulando um encaminhamento para que não haja unanimidade, e que nós apoiemos uma candidatura do PSB lá. Inclusive, não articulada pelo Deputado Eliene, articulada pelas bases populares de lá, porque nós queremos dizer que as forças progressistas de lá não passam pelo Deputado Eliene.

Quero aqui dizer que em Rondonópolis nós estamos articulando também as forças progressistas em torno de uma candidatura. Lá em Rondonópolis, o PMDB - até porque o Prefeito Percival Muniz demorou a tomar uma decisão política, e por ser o PMDB um Partido que administra Rondonópolis há dezoito anos -, o PMDB decidiu lançar uma candidatura própria. E eu, como Presidente Municipal do PMDB, não poderia temer isso, mas a partir do momento em que o Prefeito Percival Muniz recompôs a sua posição, porque ele estava um pouco indeciso, e disse que vai lançar uma candidatura, nós também não podemos ser irresponsáveis, aceitar uma candidatura do PSDB e sair com chapa dividida. O PMDB decidiu junto com o PT, com o PV, com o PC do B, com o PDT, unir as forças progressistas de lá e apoiar o candidato do PPS, junto com o PMDB, numa candidatura progressista no Município de Rondonópolis.

Lá em Rondonópolis nós vamos deixar o “rei nu” - nós vamos colocar o “rei nu”. Essa questão de unanimidade, que o candidato do PSDB está bem nas pesquisas, isso é balela! Nós vamos reverter a situação lá, porque nós vamos deixar o “rei nu”. O PMDB vai conduzir o processo político para que nós realmente - as forças progressistas do Estado de Mato Grosso - possamos conduzir o Estado para um rumo novo. A sociedade já está tendo clareza sobre esse quadro do FETHAB, do ICMS alto, dessa crise que está aí - a sociedade está tendo clareza!

Nós estivemos ontem lá em Primavera do Leste, num grande encontro, e estamos sentindo que a sociedade quer alternativas novas, e nós vamos nos unir com todas as forças progressistas para reverter todo esse quadro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour, Líder do Governo.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago em mãos Ofício nº 288/2000, da Casa Civil, em resposta ao Requerimento nº 23/00, de autoria do Deputado Gilney Viana, solicitando informações ao Presidente do DETRAN-MT, através do Ofício nº 185/00; Ofício nº 274/00, da Casa Civil, em resposta ao Requerimento nº 39/00, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

solicitando informações ao Presidente do INDEA-MT, através do Ofício nº 530/00; e, por último, Ofício nº 079/00, do Gabinete do Governador, que passo a ler:

“Sr. Presidente:

Considerando que a Diretoria da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso - AGER, embora já tenha sido aprovada pela Assembléia Legislativa, ainda não tomou posse de forma oficial, vimos pelo presente solicitar dilatação do prazo regimental para que os Diretores escolhidos para a mesma compareçam a essa augusta Casa de Leis, atendendo Requerimento nº 38/00, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio e da Deputada Serys Shlessarenko”.

Era o que tínhamos a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, eu gostaria apenas de fazer uma consideração quanto à Moção de Aplausos que nós recebemos do Vereador Luís Coelho, do PFL, e Fábio Barros, do PSDB, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia.

Apesar de já ter sido lida, Srs. Deputados e Senhores visitantes que nos assistem em nossas galerias, nós não podemos deixar de mostrar a nossa indignação com o que vem ocorrendo na nossa Pátria, no nosso País e, principalmente, no nosso Estado de Mato Grosso.

Eu vou ler apenas uma parte da Moção de Aplausos que esses ilustres e corajosos Vereadores enviaram a esta Casa de Leis:

“Moção de Aplausos ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, juntamente com a Mesa Diretora e Deputados, que juntos formam a Comissão Parlamentar em busca de encontrar um novo direito de discutir os problemas da Amazônia Legal.

Quero muito pedir ao nosso Deus que esse grupo de Parlamentares não venha a ser vencido por meio dessa causa, por esses Senhores que vão enfrentar a grande máfia que existe na Amazônia, que é formada por ONGs e ‘INGs-Indivíduos Não Governamentais’, que estão utilizando os nossos benefícios, dilapidando os nossos patrimônios e tirando proveito próprio.”

Eu quero aqui parabenizar esses Vereadores e dizer a esta Casa de Leis, aos Srs. Deputados, da nossa preocupação, porque no interior do Estado, nos municípios já são criadas ONGs, como aconteceu no Município de Guarantã do Norte, trazendo-se uma ONG italiana que se diz defensora da natureza e defensora de tudo que existe em nosso Estado - a coisa está tomando um rumo, e um rumo sério.

E o Vereador encerra dizendo: “Espero que tudo que nós comentamos não fique só no papel, mas que seja realizado, com a graça de Deus.”

Realmente, tem que apelar para Deus, porque eu coloco, além dessa questão ecológica, Deputado Rene Barbour, que pensa igual a nós também - e a maioria dos Parlamentares aqui defende e é contra essas ONGs -, que realmente elas não querem o benefício, querem tirar proveito próprio, são ONGs que trabalham com recursos do exterior, não são ONGs que recebem dinheiro do Governo do Brasil, e vêm interferindo inclusive na nossa soberania.

Eu quero citar aqui um exemplo também que nos preocupa, que é a questão indígena. Nós estamos vivendo os 500 anos do Descobrimento do Brasil, e nós sabemos que um terço do território estadual já é área indígena, Deputado Rene Barbour. Eles querem ampliar cada vez mais essas reservas indígenas, e eu pergunto: Eles estão preocupados com os índios? É essa a pergunta que eu faço a todos que me ouvem neste momento.

Com certeza, Deputado Alencar Soares, não estão preocupados com os índios, porque na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá não existem mais índios; fizeram a mesma coisa, acabaram, mataram todos os índios, é isso que eles querem! Como é que eles vão fazer isso? Dentro da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

própria reserva, cria-se uma nação indígena, cria-se um país, e o Brasil está prestes a perder essa área aqui de Mato Grosso. Criaram um país dentro do País e dentro do Estado de Mato Grosso. Com certeza, quem irá governar esse país não será um índio brasileiro - nem um brasileiro índio, nem um brasileiro, seja o que for -, vai ser um americano, um inglês, um alemão ou um italiano.

Portanto, esta Moção de Congratulações serve para alertar os Srs. Parlamentares do risco que nós corremos aqui no nosso Estado.

O Sr. Riva - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero, antes de mais nada, agradecer a Moção da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, e dizer que nós temos recebido inúmeras cartas e telegramas que têm endossado aquilo que nós falamos por ocasião do Parlamento Amazônico.

Especialmente no sábado, eu conversei demoradamente com o Deputado Lupércio Ramos, antes de ele embarcar para Gramados, onde ele iria participar da Conferência, quando estivemos em São Paulo... E na semana passada o Deputado Ricarte de Freitas nos fez um convite para coordenar uma discussão, Deputada Serys Slhessarenko, em toda a Amazônia, sobre o patrimônio genético - é uma matéria que está tramitando no Congresso Nacional -, especialmente porque nós nos dedicamos a estudar um pouco sobre a biodiversidade e participamos nas Assembléias de algumas discussões que foram muito importantes, inclusive lá no Acre, em Roraima, no Amazonas. Esses três Estados têm inclusive uma CPI sobre a biopirataria. Diga-se de passagem, a biopirataria, infelizmente, e eu faço questão de frisar - eu disse ao Deputado Gilney Viana há poucos dias que toda vez que eu falo disso eu faço campanha para o Deputado Gilney Viana - que é para fazer uma diferenciação sobre ONGs e ONGs. Não é nem ONG e ONGs, é ONGs e “INGs”, organizações não governamentais e “indivíduos não governamentais”.

Infelizmente nós temos que dizer, Deputado, que cresce no Brasil o crime cometido contra a biodiversidade, e muitas vezes cometidos por essas ONGs às quais me refiro, porque na verdade as organizações não governamentais vieram para quê? Vieram para prestar uma contribuição à sociedade brasileira, pois elas diziam que a sociedade estaria sendo vítima de grande parte da classe política - o que nós não contestamos, porque existem muitos políticos ruins, sim -, mas a maioria dessas ONGs que vieram, Sr. Presidente, foi para tirar benefícios, e muitos deles obscuros, cometendo crimes contra o patrimônio genético brasileiro.

Então, eu vou até convidar o Deputado Gilney Viana, que gosta dessa discussão... Eu faço esta diferenciação para dizer que algumas ONGs com que o Deputado Gilney Viana trabalha são sérias, e eu não posso aqui cometer essa injustiça. Eu convidarei o Deputado Gilney Viana para, juntamente conosco, fazer essa discussão na Amazônia, porque o Deputado Ricarte de Freitas nos confiou a coordenação... Nós vamos coordenar algumas reuniões, e eu terei o prazer de marcar essas reuniões em todas as capitais da Amazônia, onde participaremos da discussão sobre o patrimônio genético, que é uma matéria em tramitação no Congresso. Eu farei esse convite oficial a V. Ex^a, Deputado Gilney Viana, para participar conosco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passar a palavra, pela Ordem, ao Deputado Gilney Viana, quero registrar a presença dos alunos do segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual “Marechal Eurico Gaspar Dutra”, participando do *Programa Por Dentro do Parlamento*, da Secretaria de Imprensa, acompanhados pelos Professores Sandra Regina de Queiroz Leite e Alex Rufino da Silva. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade.

Também para registrar a presença do ilustre Vereador Bosco, de Nova Xavantina,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Presidente Municipal do PSB, a pedido do Deputado Eliene.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, eu solicitei a palavra, pela Ordem, para estabelecer um diálogo com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, a respeito dessa questão da biotecnologia, do acesso ao patrimônio genético e da proteção da nossa germoplasma.

Primeiro, eu fico alegre por saber que o Deputado Riva está atento a esse fenômeno, a esse caso, a esse problema, que é inclusive um problema internacional. É por isso, Deputado Riva, que às vezes, quando nós discutimos a Amazônia, tem uma interface, uma conexão com questões internacionais, porque o patrimônio genético que tem na Amazônia e no cerrado - por incrível que pareça, nós menosprezamos o cerrado, mas o cerrado e o Pantanal têm uma diversidade biológica muito forte - precisa ser protegido, mesmo que seja por interesse econômico, porque a biotecnologia, e esta é uma questão teórica e científica que, às vezes, não compreendemos, só tem capacidade de manipular quando ela tem a contra-referência de origem.

Vou dar um exemplo a V. Ex^a: o milho, antes da transgenia, através de vários processos seletivos, foi alterado o patrimônio genético de certas espécies de milho e se trouxe variedades com certas características, mas quando ele cansa diante do embate com o meio ambiente, esse milho novo, que é o milho híbrido, começa a não ter aquela produtividade ou a ter a resistência mais enfraquecida diante de pragas. E aí, o que acontece? Tem que pegar o milho selvagem, que hoje só é cultivado pelos povos indígenas, para ver o patrimônio original, o patrimônio genético original, e confrontar com aquele que é moderno, inclusive com aquele que é produto da biotecnologia. E onde se acha o patrimônio genético original das espécies? Somente nos *habitats* naturais delas, só naquelas reservas e nos refúgios de germoplasma. É por isso que, às vezes, nós identificamos como crime um cidadão - sem conhecimento, é bom que se diga, às vezes nem é autorizado pelo IBAMA, e nisso o IBAMA convalida o crime - desmatar uma área que é preciosa do ponto de vista desse patrimônio genético.

Então, essa discussão tem o lado da preservação das fontes do patrimônio genético, tem o problema da biotecnologia para nós usarmos e tem o problema do interesse nacional em ter o direito de uso sobre esse patrimônio genético, que, às vezes, literalmente, está sendo surrupiado por grandes potências, sejam potências econômicas, que são corporações internacionais, sejam países, haja vista que nos Estados Unidos existem bancos de registro de genes, de modificações genéticas de plantas e animais da nossa Amazônia e do nosso cerrado - e depois eles cobram *royalties* sobre aquilo que é nosso! É brincadeira, Sr. Presidente!

Então, eu fico muito feliz que V. Ex^a esteja tratando disso, compartilho dessa preocupação e me coloco à disposição para que nós possamos fazer uma discussão, é óbvio, que contemple o contraditório, opiniões diferenciadas, mas que tenha a boa intenção de defender o nosso patrimônio genético. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passar a palavra, pela Ordem, ao Deputado Rene Barbour, quero registrar a presença do Vereador Vilmar, acompanhado pelos demais Vereadores de Peixoto de Azevedo, que vem aqui tratar com o Governo do Estado sobre as festividades do Município, do seu 14º aniversário de emancipação política. Sejam bem-vindos e tenham sucesso aqui na Capital.

Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi a palavra para me congratular com essa Moção da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia. É preciso que haja preocupação, mesmo, de todos nós brasileiros e mato-grossenses.

Se essas ONGs, às quais eu reputo como um bando de bandidos internacionais,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ressalvando algumas, como já ressalvou o Deputado Gilney Viana, se elas tivessem interesse em preservar essas reservas, elas gastariam dinheiro dando assistência a esses índios, que vivem numa total miséria.

São essas ONGs, Sr. Presidente, que conseguiram passar para as reservas indígenas toda aquela faixa que vai de Roraima até o Equador, mais de um bilhão de hectares de terra - aquilo representa um país... Estão internacionalizando a Amazônia na nossa cara, e nós não estamos percebendo, Deputado Gilney Viana.

Os Senhores que sempre foram nacionalistas, a Esquerda que sempre foi nacionalista, está com os olhos vedados, não está percebendo que nós estamos sendo engolidos. Querem que o Brasil seja o quintal do universo, produzindo oxigênio, dependendo do FMI, indo com o “chapéu na mão” em busca de dinheiro do FMI, rolando as nossas dívidas... Essas são as ONGs que andam por aqui, que dizem que conseguem enganar grande parte dos brasileiros.

É preciso que nós votemos, Sr. Presidente - eu já dei até essa idéia - uma outra Moção de Congratulações da Assembléia Legislativa a esses valorosos Vereadores que abriram os olhos para o grande desastre que essas ONGs podem provocar em nosso País. Muito obrigado.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, alunos e amigos das galerias, Srs. Vereadores de Peixoto de Azevedo:

Realmente nós temos que ter uma preocupação muito grande com essa questão das ONGs, enfim, com o meio ambiente, mas o que me traz a esta tribuna é a questão de Guarantã do Norte, que V. Ex^a já colocou.

Srs. Deputados, o Prefeito Municipal de Guarantã do Norte está sendo até um pouco audacioso. Ele criou lá, está tentando criar lá um modelo de autonomia própria na questão do meio ambiente. Está certo que logo após a conversação vieram os Amigos da Terra, uma ONG que está dando toda sustentação, mas, Sr. Presidente, eu quero dizer que a iniciativa daquele Município é louvável. É um mérito, é digno de elogios, porque vejam bem: ele já teve um audiência em Brasília, na qual eu o acompanhei, com o Ministro do Meio Ambiente e a Presidente do IBAMA, onde foi decidido que vai se dar autonomia para o município definir a questão do meio ambiente. Ele vai ter autonomia para decidir, junto com as associações, os trabalhadores rurais, aqueles que realmente sabem a data certa de fazer a sua queimada, a quantia de derrubada e a questão da preservação.

E quero dizer que ali está funcionando, e muito bem, Sr. Presidente, essa questão de um modelo que está tentando se fazer. Se der certo esse modelo, tenho certeza de que nós vamos mostrar isso, levar em debate aos outros municípios.

E me preocupou muito, agora de manhã, Sr. Presidente, quando tomei conhecimento de que ontem - eu não estava aqui, estava em viagem para Porto Alegre, junto com uma comitiva, na 4^a Conferência da UNALE - o Secretário do Meio Ambiente, Sr. Frederico Müller, informou oficialmente que os Municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Cáceres não vão ter participação nos recursos do BID/Pantanal. Isso é muito preocupante.

Quero alertar esta Casa, porque tem que haver uma reavaliação por parte do Secretário...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. SILVAL BARBOSA - ...Não quero ser intransigente quanto ao tempo, até pelo Regimento Interno, mas deixo aqui esse alerta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Hoje à tarde, no debate que o PMDB vai ter sobre a questão do BID/Pantanal, na Associação Mato-grossense dos Municípios, nós vamos levantar essa questão, porque nós não podemos deixar Cuiabá, Várzea Grande e Cáceres, que são municípios ligados diretamente com o Pantanal, que têm esses afluentes aqui, que são ligados diretamente com o Pantanal, eles não podem ficar sem o investimento desse recurso, que é muito - mais de duzentos milhões de dólares serão investidos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão todas as Indicações...

O Sr. Pedro Satélite - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço ao Deputado Pedro Satélite que aguarde o fim da Ordem do Dia, porque tem apenas três matérias a serem apreciadas.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na Sessão de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Joaquim Sucena à Auditoria-Geral do Estado, solicitando que sejam encaminhadas as conclusões e o processo da auditoria efetuada junto ao DETRAN.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Moacir Pires, endereçada aos artistas plásticos, representados pela AMAP-Associação Mato-grossense de Artistas Plásticos, pela data alusiva ao Dia do Artista Plástico.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Eu comunico aos Srs. Deputados que nós vamos apreciar Vetos.... Eu peço a máxima atenção dos colegas Deputados na Sessão noturna de terça-feira e na de quarta-feira de manhã da próxima semana, em que nós vamos apreciar os Vetos pendentos, sob pena de os Vetos começarem a prejudicar o andamento das demais matérias. Então, eu peço aos Srs. Deputados que não falem a essas duas Sessões, em função do *quorum* especial - nós necessitamos de, no mínimo, treze Srs. Deputados.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, visitantes que nos assistem nesta manhã, apenas para esclarecer... No Pequeno Expediente, quando eu me referi à Moção de Aplausos que nós recebemos dos Vereadores de São Félix do Araguaia e do Município de Guarantã do Norte, e o meu nome foi citado pelo ilustre Deputado Silval Barbosa, eu quero aqui fazer apenas um esclarecimento sobre o equívoco que está existindo em Guarantã do Norte.

Nós sabemos que os Srs. Prefeitos sofrem com as dificuldades e a falta de dinheiro, mas eles não podem estar equivocados em querer entregar aquilo que é o patrimônio nosso, porque esse povo vem aqui oferecendo dinheiro - essa ONG italiana já ofereceu uma mixaria de dinheiro ao Prefeito de Guarantã do Norte - para preservar, mas em troca eles querem alguma coisa, eles não trazem isso de graça. Não é uma questão pessoal para o município "a" ou "b"; ao contrário, se fosse bom para os municípios, eu estaria aqui defendendo. Eu faço esse alerta não só para Guarantã do Norte,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

mas para todos os municípios do Estado de Mato Grosso e para os Srs. Prefeitos, para que não entrem nessa “fria”.

Lá em Guarantã do Norte foram ampliados, Deputado Jair Mariano, quinhentos mil hectares de áreas indígenas a pedido de ONGs, convencendo inclusive a FUNAI e o próprio Governo do Brasil, porque eles estão mais organizados do que nós aqui. Nós precisamos defender os interesses da nossa Pátria, do nosso País! É por isso que eu me revolto!

Naquela oportunidade, lá em Guarantã do Norte, eu esclareci inclusive a Igreja Católica e os pastores que estavam se envolvendo com essas ONGs, e após o meu pronunciamento eles ficaram contra, porque viram a verdade, o que realmente estava acontecendo naquele Município. Então, apenas eu faço uso desta tribuna para colocar que o Prefeito deve estar equivocado, e com certeza ele voltará atrás e expulsará essa ONG de lá.

E o que me chamou atenção, Sr. Presidente, é que lá entregaram duzentas camisetas a pessoas leigas, que não sabem o que está acontecendo, e essas camisetas eram vestidas por aquelas pessoas, Amigos da Terra... Ora, “amigos” de quê? De ONGs que vêm aqui...? Nós sabemos preservar! Nós não precisamos da ingerência de ONGs, dos gringos lá de fora. Nós sabemos o que é bom para o Brasil, para nós. Nós sabemos das queimadas, a hora de queimar, o que é bom, o que se pode queimar, o que não pode, e nós sabemos também que a camada de ozônio...

Na cidade de São Paulo, o gás que é expelido pelos automóveis, Deputado Jair Mariano, é mais prejudicial à camada de ozônio do que se nós queimássemos toda a Amazônia. Isso é oba-oba, isso é balela, é conversa! Inclusive alguns veículos de comunicação acompanham isso e apóiam essas ONGs que vêm aqui interferir até na nossa soberania.

E vou citar mais uma vez, Deputado Rene Barbour, eu colocava isso ao Ministro da Aeronáutica, que o Brasil está com um problema de segurança nacional devido às ampliações das reservas indígenas, e o próprio Ministro disse a mim, a um Senador aqui de Mato Grosso, o Senador Carlos Bezerra, que na época estava junto comigo, e ao Senador Jáder Barbalho, que realmente nós tínhamos razão, que o Brasil estava com um problema de segurança nacional, mas que ele, como Ministro, não podia fazer nada, não podia falar nada.

Então, é um apelo que eu faço aos nobres Pares, para que se leve avante essa luta, para que nós não entreguemos o pouco que resta da nossa Pátria, que são as riquezas naturais que ainda existem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero apenas fazer uma referência.... O que precisa na verdade, para a CPI das ONGs que está agindo no Congresso Nacional, é que se forneça uma relação dessas ONGs que estão fazendo um trabalho na Amazônia, para nós tirarmos uma conclusão. Por exemplo, nós vamos começar um trabalho na região do Vale do Arinos e no Vale do Juruena com uma ONG chamada Amigos da Natureza, e vamos reflorestar as margens dos rios, as cabeceiras e as nascentes. Quer dizer, esse é um trabalho bellissimo, inclusive sem custo para o Poder Público. Então, essa é a preocupação que nós temos. Nós não queremos generalizar essa questão. O Deputado Pedro Satélite tem razão.

O Sr. Silval Barbosa - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Deputado Silval Barbosa, porque nós temos uma reunião na Secretaria de Saúde.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:07 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, no início da minha fala eu disse bem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

claramente que nós temos que ter todo cuidado com certas ONGs que andam atuando no Estado - e eu me referi a V. Ex^a, no meu pronunciamento, como Presidente, porque V. Ex^a é o Presidente em exercício -, e quando eu coloquei o modelo que Guarantã do Norte vem colocando para a sociedade, eu quero dizer que é um bom projeto do Prefeito, uma iniciativa louvável que ele está colocando.

Com referência a essa questão da discussão, se é a favor ou contra, eu sou totalmente contra. Eu sou um dos que mais se manifestou contra a criação da reserva ali de Panarás. Hoje, nós temos, Deputado Jair Mariano, do Rio Arraia ao Altamira, quatorze milhões de hectares de reserva indígena! Eu já tive oportunidade de me expressar várias vezes aqui sobre a preocupação com relação à nossa região, porque não justifica mais a criação de uma reserva de quinhentos mil hectares para uma família de 83 índios, que são os Panarás que estão ali - eu sempre deixei bem claro isso aqui.

Agora, quanto a Guarantã do Norte, Sr. Presidente, nós temos às vezes divergências de pensamento, e eu estou colocando não a questão de ONGs, eu estou colocando o projeto modelo que o Prefeito está desenvolvendo, a audácia dele em colocar a iniciativa, o que ele está pedindo é autorização para autogerenciar a questão do meio ambiente no Estado de Mato Grosso, e levando como referência o Município de Guarantã, como um modelo!

Ele quer gerenciar, Deputado Jair Mariano... Como funciona isso? Ele quer ter até autonomia de dar as autorizações de quanto pode ser derrubado, onde pode ser derrubado, quando vai ser queimado, porque acontece que hoje não tem o mínimo de controle! Hoje, o IBAMA dá autorização de um hectare para uma pessoa, no meio, às vezes, ali logo próximo, fazendo as grandes formadas que o fazendeiro não quer queimar. Então, é esse tipo de controle que ele quer e que eu disse que é motivo de elogio a questão de ele estar lá elaborando esse projeto, para ter autonomia sobre a questão do meio ambiente.

E outra, Sr. Presidente, nós tínhamos de aproveitar a oportunidade, dia 02 de junho próximo, lá em Belém do Pará, onde terá uma Conferência, um fórum, onde vai ser levada a questão da Amazônia, a preocupação com a Amazônia, e nós temos que formar uma comissão aqui para representar a Assembléia Legislativa e levar todas essas preocupações.

Quero parabenizar o Deputado Riva, que sugeriu que nós pedíssemos uma relação de todas as ONGs que atuam no Estado, para vermos quais são as finalidades delas, enfim, quais os objetivos que elas querem atingir em suas atuações no Estado. Era essa colocação.

Quero parabenizar também V. Ex^a, Deputado Pedro Satélite, por essa preocupação, essa questão com a qual V. Ex^a está muito preocupado, que é a atuação das ONGs no Estado de Mato Grosso, isso é motivo também... E faço coro com essa preocupação, sou parceiro nessa preocupação de V. Ex^a, para realmente estarmos alertas, não só nós mas toda a Bancada Legislativa, todo este Parlamento, nessa questão das ONGs, qual a finalidade e o objetivo de elas existirem no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós concordamos com as palavras de V. Ex^a e sabemos - sempre soubemos - que V. Ex^a, quando Prefeito de Matupá, era um defensor e continua sendo um defensor dos interesses da grande maioria. Nós não temos dúvida disso. Como V. Ex^a colocou, realmente essa questão da ONG em Guarantã do Norte é importante trazermos para esta Casa de Leis, para discutir e para que no futuro não soframos por omissão. Eu acho que é nosso dever, nossa obrigação é essa, e com certeza essas discussões que nós temos aqui são questões que levam o interesse do nosso povo e da nossa gente.

Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite e Rene Barbour; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS), Romoaldo Júnior (PPS).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão, do PSDB; Emanuel Pinheiro, do PFL; e Wilmar Peres, do PPS.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, no horário regimental. Declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda.